

# POR ONDE ANDA O ATIVISMO FEMINISTA HOJE?<sup>1</sup>

## WHERE IS FEMINIST ACTIVISM TODAY?

Profa. Lourdes M. Bandeira/UnB  
<https://orcid.org/0000-0002-7666-5338>

### RESUMO

O artigo busca entender – por meio da metáfora da “onda” os diversos momentos de ativismos e de lutas feministas, em contextos históricos próprios e com suas particularidades, no plano internacional e suas influências e repercussões no Brasil. A 1ª “onda” pode ser caracterizada, a partir das primeiras décadas do século passado, com as sufragistas, sofre refluxos, para ir navegando, no plano nacional, até os anos 1970, com a chegada da 2ª “onda”. As demais sobreposições “marítimas” percorreram o(s) ativismo(s) e a(s) luta(s) feminista(s) que caracterizaram, na entrada do século XXI, a 3ª “onda”. Para tanto foi realizado um recorrido sócio-histórico pela bibliografia para se chegar na 4ª “onda” na primeira década do século XXI. Então foi possível identificar a existência de novos tipos de ativismos e de organizações com renovação geracional que dispõem de meios tecnológicos de comunicação inovadores. Rupturas e tensões foram identificadas, mas há, inegavelmente, avanços nas conquistas feministas. Vale destacar que qualquer tentativa de “classificação” sempre traz algum resquício de “arbitrariedade”.

**Palavras-chave:** onda(s), movimento feminista, ativismo, mulher, luta e poder.

### ABSTRACT

The article seeks to understand - through the metaphor of the “wave” the different moments acts of activism and feminist struggles, in their own historical contexts and with their particularities, at the international level and its influences and repercussions in Brazil. The 1st “wave” can be characterized, from of the first decades of the last century, with the suffragettes, suffers reflux, to navigating, at the national level, to the 1970s, with the arrival of the 2nd “wave”. The other “maritime” overlaps covered the activism(s) and struggle(s) feminist(s) who characterized, in the entry of the 21st century, the 3rd “wave”. For so much was carried out a socio-historical by the bibliography to arrive in the 4th “wave” in the first decade of the XXI century. So it was possible to identify the existence of new types of activism and of organizations with generational renewal who have the technological means of innovative communication. Ruptures and tensions have been identified, but there are, undeniably, advances in the achievements feminists. It is worth noting that any attempt at “classification” always brings some emblance of “arbitrariness”.

**Keywords:** wave(s), movement feminist, activism, woman, struggle and power.

<sup>1</sup> Texto apresentado em 1ª Versão no MR10 - *Ativismos feministas, política e poder*. Durante o 43º ANPOCS-2019 – CAXAMBU, MG. (22/10/2019).

## INTRODUÇÃO

Um dos objetivos deste ensaio é justamente refletir sobre a diversidade dos movimentos feministas, suas intersecções e diálogos, seja com a área de conhecimento – da sociologia, por exemplo, seja a dos movimentos sociais. Este texto se ancora na discussão histórica-sociológica, a partir da configuração das “ondas” inter-cruzadas que caracterizam o movimento feminista. O que nos leva a perguntar por onde anda o ativismo feminista hoje? Como um movimento, é um jogo de dinâmicas, continuidades e descontinuidades que resulta nas diversas pluralidades, especificidades de suas componentes, em diversos territórios e reivindicações, conflitos e tensões. Para buscar compreender a complexidade desse jogo dinâmico, retoma-se, histórica e culturalmente, a análise das **múltiplas "vagues" (vagas, ondas) em suas intensidades e interconexões**, que possibilitam evidenciar questionamentos, avanços e lacunas ainda tão presentes.

No decorrer das “ondas” o ativismo feminista, iniciado no século XX, apresentou apostas teóricas e políticas colocadas pela pluralidade do sistema de diferenciação e de hierarquia social que “remodelou” a “existência” de múltiplas mulheres; por exemplo, a emergência da “4ª onda” feminista, já no século XXI, evidencia a participação de novas gerações, com forte presença nos avanços midiáticos, tecnológicos e mídias sociais. O que caracteriza e/ou representa as “ondas” ?

## I. O ATIVISMO FEMINISTA E O NASCIMENTO DAS “ONDAS”: A HISTÓRIA SOCIOPOLÍTICA DE CONTINUIDADES E DESCONTINUIDADES<sup>2</sup>

A metáfora da “vague”, em tradução literal do francês como vaga ou onda marinha, simboliza a potência da força da natureza, seu poder e sua mudança. Retomar essa metáfora significa recuperar uma parte da história do ativismo e das mobilizações feministas internacionais em contextos políticos e intelectuais específicos, cujos “reflexos” fizeram-se sentir no Brasil como em alguns países da América Latina.

Ao apropriar-me dessa metáfora, constato que ainda tem utilidade acadêmica e política, pois, outras pesquisadoras, dela já fizeram uso<sup>3</sup>. Quando se pensa em onda, vem à mente a imagem de uma camada superficial da água do mar. Equívoco! As ondas mais violentas vêm das profundezas oceânicas. Como resultado da ação do vento, seus movimentos internos causam ondulações. Quanto maior a velocidade do vento, maior é sua duração. Se algumas são superficiais, outras são consequências de furacões, tsunamis, ou de terremotos advindos das profundezas oceânicas (MOTA, 2017).

A metáfora das ondas possibilita delimitar fenômenos, ativismos, dinâmicas, períodos, tempos históricos das pesquisas construídas na encruzilhada dos diversos grupos, assim como aborda questões militantes, acadêmicas e motivações

<sup>2</sup> Vale lembrar, que o uso da metáfora da “vaga” não é consenso. A primeira tese no domínio da história que populariza essa metáfora foi da socióloga francesa Sylvie Chaperon, que faz uso crítico dessa metáfora, desde os anos 1945-1970 (CHAPERON, 1996 apud PAVARD, 2018).

<sup>3</sup> Jane MICHELL, 2018 (op. cit).

políticas, o que faz com que seus significados possam se (re)significarem, por um lado; por outro, cria atos de resistência e de subversão a tudo que é imposto como normativo para as mulheres, em geral.

Ao evocar as temporalidades das mobilizações feministas, pode-se delimitar períodos e contextos de “instabilidade” (HARDING, 2019), passos úteis para pensar tensões, ações, reescrever a história, transmiti-la, quando não a ensinar, tornando possível assegurar a transmissão e a renovação geracional no campo militante e acadêmico. Tomada como movimento político, serve para enfatizar a diversidade de mobilizações feministas, de sua extrema fluidez entre o escopo descritivo e o prescritivo da metáfora. Há momentos fortes durante os quais se forma, se propaga e se quebra; há momentos de calma, o que possibilita pensamentos e reflexões. Precipitada pela tempestade, força e fortaleza, a onda, paradoxalmente, evidencia fraquezas (MICHELL, 2018). Exemplo desses movimentos mais “frágeis” tem sido a busca pela renovação das principais estratégias, métodos, reflexões, políticas e temas abordados pelas ativistas das jovens gerações, que frequentemente associadas às inovações – via as redes sociais – evidenciam uma potencialidade que vem sendo entendida como um fator explicativo do surgimento de uma 4ª onda feminista.

Assim, é possível definir uma onda como um “momento” ou “estado” de avanço no ativismo feminista, durante o qual é reconfigurado e transformado em resposta inclusiva às mulheres de diversos contextos sociais. Porém, não se desfaz completamente da concomitância

da resistência em relação àquelas que foram historicamente excluídas (quilombolas, índias, negras, homossexuais), e que hoje buscam serem incluídas na esfera do trabalho, da educação, e da política institucional.

Para afirmar que houve [há] uma “onda” feminista, são indicadores cruciais: i) o reconhecimento de um crescente comprometimento feminista, em todos os patamares sociopolíticos; ii) um aumento acentuado de interesse pelo feminismo e pelas questões que suscita, sobretudo nas esferas privado/pública; iii) a provocação de debates críticos, nem sempre concordantes, entre ativistas, historiadoras, feministas e especialistas em movimentos sociais. Tais “critérios” têm sido amplamente seguidos.

Como articular o tempo e o espaço das ondas feministas que se mobilizam, se desdobram, se intensificam e se sobrepõem nos níveis local, nacional, regional e internacional, articulando cronologias, como parecendo uma “revolução permanente”, como questionado por Michell (2018)?

De fato, uma das principais características do ativismo feminista é sua fragmentação, não apenas nas concepções teórico-epistemológicas, mas em função das várias concepções de opressão e subordinação das mulheres, assim como da maneira de combatê-las, extensivo à condição empírica-militante, dependendo da dispersão temporal e geográfica dos grupos que as reivindicam. Tal diversidade vem causando dificuldades e acalorados debates sobre como “classificar” e “caracterizar” a crítica feminista. Conforme apontado por Bertrand (2017), desde o início da década de 1970 já se elaboravam

algumas tipologias teóricas, na qual distinguam as “diversas” classificações: feminismos liberais, radicais e marxistas, unidos pelo separatismo lésbico e feminismo socialista.

Nada contra a formulação da tipologia, porém esta indica mais um “tipo ideal” do que real, muitas vezes, impedindo a visibilidade de seus desdobramentos, dinâmicas e interdependências. Ao contrário da metáfora da “onda”, que evidencia como os ativismos emergem, se entrecruzam, se transformam precisamente em momentos de renovação teórico epistemológica, política e geracional, criando outras estratégias e maneiras para definir os contornos desse complexo movimento e da crítica feminista como campo de estudo.

Por fim, trata-se, pois, de captar momentos “históricos” que caracterizam a dinâmica e o entrecruzamento das “ondas”, sem fazer uma genealogia do feminismo. Aqui a metáfora constitui o próprio “objeto” e a estratégia da análise para enfatizar como o feminismo vem mudando suas configurações e expressividades – detectando elos, avanços e lacunas – desde as primeiras décadas do século XX para “nouvelle vagues”, 3ª e 4ª ondas. Evoca, para além da renovação acadêmica, política e geracional, novas tensões e bandeiras de lutas que se fazem presentes no século XXI.

Pretendo que estas breves reflexões possam nos incentivar a não esmorecer diante deste momento sombrio e negacionista dirigido ao feminismo no Brasil. Pois tal qual argumenta Mota (2017), acredito que é necessário propagar a esperança. Diante das veias abertas que sangram, neste momento o movimento feminista inspira esperança.

## II. 1ª ONDA: AS SUFRAGISTAS NA LUTA PELOS DIREITOS POLÍTICOS E CIVIS

A 1ª onda do feminismo, no contexto internacional, caracterizou-se pela luta das mulheres inglesas pelo direito ao voto, representado recentemente pelo filme: *As Sufragistas*<sup>4</sup>. Embora tenha sido protagonizado somente por mulheres brancas, resgata a luta pelo voto feminino na Inglaterra de 1912<sup>5</sup>. As *suffragettes*, como ficaram conhecidas, possibilitaram a ruptura com o silêncio e deram voz às trabalhadoras pobres e desoladas. A 1ª onda feminista gerou importantes debates entre as feministas expandindo-se às mulheres no ocidente.

No Brasil sentiram-se os reflexos do contexto internacional, abraçando a luta sufragista pelo direito ao voto, iniciada em 1910. A luta sufragista ficou

<sup>4</sup> A produtora Sarah Gavron retrata uma das principais lutas das mulheres na Inglaterra, *As Sufragistas*. Destaca personagens reais, como a líder Emmeline Pankhurst. O filme foi roteirizado por Abi Morgan, que destaca o argumento principal – as manifestações que levaram à conquista do voto feminino na Inglaterra, com restrições, em 1918, e finalmente aberto a todas as mulheres, em 1928.

<sup>5</sup> Segundo Julia Warren, o movimento das sufragistas na Inglaterra teve início em 1897 com a criação da National Union of Women's Suffrage Societies – NUWSS (União Nacional das Sociedades de Mulheres Sufragistas), mas a inquietação das mulheres pela busca por direitos já vinha desde 1792. Naquele ano, a britânica Mary Wollstonecraft foi pioneira ao lançar um livro sobre direitos femininos, intitulado *Uma Vindicação dos Direitos da Mulher (1792)*. Disponível em: <https://mdemulher.abril.com.br/cultura/quem-foram-as-sufragistas-da-vida-real/>. Acesso em: 13 out. 2019.

conhecida pelo protagonismo da bióloga Bertha Lutz, reconhecida como cientista de importância, que estudou no exterior e, quando de regresso ao Brasil, fez campanha pública pelo voto. Na década de 1920, teve participação destacada na Conferência Pan-Americana pelo direito ao voto feminino, realizada em Baltimore/EUA. A conquista do voto feminino teve seu protagonismo, além de outras sufragistas, pois, segundo Pinto (2010, p. 16):

Foi uma das fundadoras da ‘Federação Brasileira pelo Progresso Feminino’, organização que fez campanha pública pelo voto, tendo inclusive levado, em 1927, um abaixo-assinado ao Senado, pedindo a aprovação do Projeto de Lei, de autoria do Senador Juvenal Larmartine, que dava o direito de voto às mulheres. Este direito foi conquistado em 1932, quando foi promulgado o Novo Código Eleitoral brasileiro.

Em fevereiro de 1932, com a promulgação do novo Código Eleitoral Brasileiro por Getúlio Vargas, “concedia-se” o direito de voto às mulheres, maiores de 18 anos e alfabetizadas em igualdade com os homens. Desde aquele momento, um grande contingente feminino ficou de fora, isto é, o das mulheres analfabetas, sobretudo, constituído pelas mulheres negras. Vale registrar que:

A princípio, as bandeiras levantadas pela primeira onda do feminismo foram convencionalmente identificadas com a luta das chamadas

‘feministas liberais, mulheres de classe média e alta, na época inspiradas pelas noções de Estado e Democracia fomentadas pela Revolução Francesa e pela ideia de ampliação dos direitos presentes na ‘Carta de Declaração dos Direitos do Homem’ às Mulheres (MARCELINO, 2018).

A luta das sufragistas foi associada a diversas outras formas de opressão e de exploração feminina, em âmbito internacional, que, em condições precárias de trabalho, por exemplo, foram vítimas do incêndio ocorrido na fábrica da Triangle Shirtwaist, em Nova York, em 25 de março de 1911. Um grande desastre industrial que causou a morte de mais de uma centena de pessoas (129 mulheres e 23 homens) que morreram queimadas ou se precipitaram do edifício<sup>6</sup>.

Desde então, já se impunha uma expressa divisão sexual do trabalho no interior do processo produtivo, manifestada na distribuição diferenciada de tarefas, nos salários menores recebidos pelas trabalhadoras, além de terem que lidar com todo tipo de assédio moral e sexual. No espaço doméstico, eram, mais uma vez, exploradas, ao receber um tratamento conservador pelos maridos, que lhes cobravam bom desempenho nas lidas domésticas, no cuidado dos filhos, e no desempenho sexual de esposa. Em outras palavras, as mulheres em geral, mas sobretudo as trabalhadoras viviam uma vida miserável, não possuíam praticamente

<sup>6</sup> Vale lembrar que o incêndio da Triangle Shirtwaist, associado à morte das operárias mulheres, teria sido a referência para instituir o Dia Internacional da Mulher. De fato, este já havia sido proposto em 1910, um ano antes do incêndio. Foi durante a II Conferência Internacional de Mulheres Socialistas, realizada em Copenhague, Dinamarca, que a militante e intelectual alemã Clara Zetkin apresentou uma resolução para que se criasse uma “jornada especial, uma comemoração anual todas as mulheres trabalhadoras”.



nenhum direito civil e político garantido perante o Estado (MARCELINO, 2018). Alguns exemplos, registrados pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM, 1986)<sup>7</sup>, no caso do Sindicato das Chapeleiras e das Costureiras, em manifesto de 1917, proclamaram: “Se refletirdes um momento vereis quão dolorida é a situação da mulher nas fábricas, nas oficinas, constantemente, amesquinhas por seres repelentes” (CNDM, 1986, p.5). Ainda, relatam que eram submetidas a longas jornadas de trabalho, após a qual ainda tinham que “agradar e satisfazer” os desejos sexuais de seus mestres, como forma de assegurar seu emprego.

Em outras palavras, a 1ª onda feminista não desarticulou a opressão das mulheres trabalhadoras com a “potencialização” do capitalismo que assumia formas diversas de exploração, em situações precárias de sobrevivência. Desde então, ao participarem das lutas, as mulheres eram marcadas por condições de vulnerabilidades, seja pela imposição da violência sexual, ao se submeterem à opressão na esfera privada e no trabalho, por ser excluídas e anuladas em sua humanidade; em síntese, diminuídas à condição de objeto manipulável (BIROLI, 2017).

Na maioria das vezes, esquecidas e deixadas de fora da história “oficial”, as mulheres pretas, embora submetidas à segregação racial, tiveram um protagonismo histórico extenso durante a 1ª onda do feminismo; algumas já se alinhavam à luta contra a escravidão, desde o século

XIX, tanto nos EUA como aqui, conforme registros históricos (DEL PRIORI, 1997, 2000) Nos EUA, a luta sufragista estava combinada com a luta contra a escravidão. Segundo Marcelino (2018):

Histórias como a de Harriet Tubman, também conhecida por Black Moses, são muito importantes de serem destacadas nesse sentido. Tubman foi uma afro-americana abolicionista, que lutou pela liberdade, contra a escravidão e guiou dezenas de outros escravos para a liberdade. No pós-guerra, foi protagonista do movimento sufragista norte-americano, tornando-se uma de suas principais oradoras<sup>8</sup>.

Por sua vez, depois de 1932, o ativismo feminista no Brasil ficou “esmorecido”, praticamente durante toda a primeira metade do século XX, quando se instalou o Estado Novo – 1937-1945. O mesmo ocorreu na Europa e EUA, com a guerra e a expansão dos movimentos fascistas. Foram poucas as manifestações do ativismo feminista que não transcenderam o período entre guerras, permanecendo quase “invisível” nacional e internacionalmente. A situação mudou com a visibilidade trazida pela publicação do livro Segundo Sexo de Simone de Beauvoir (1949), na França, no qual estabeleceu um novo paradigma: “não se nasce mulher, torna-se mulher”, com fortes repercussões incontestes, no início dos anos de 1960.

No Brasil, a partir de 1964, com a instalação do regime militar, movimentos de resistência se fizeram sentir, por parte

<sup>7</sup> Brochura do CNDM: **Mulheres trabalhadoras e suas lutas**. Brasília, CNDM, 1986.

<sup>8</sup> *Apud* Marcelino (2018), detalhes de sua história podem ser lidos neste post: <http://www.geledes.org.br/harriet-tubman/>.

das mulheres, de trabalhadores/as, da igreja, de camponeses/as contra o golpe militar que se instalava. Paradoxalmente, este foi reafirmado pela Marcha da Família com Deus pela Liberdade, composta por uma série de manifestações públicas ocorridas entre 19 de março e 8 de junho de 1964, liderada por mulheres das camadas médias e ricas da sociedade brasileira, e por militares e demais setores conservadores (BANDEIRA; MELO, 2010). Todos consideraram o discurso realizado pelo então presidente João Goulart, no comício na Central do Brasil, em 13 de março daquele mesmo ano, como uma ameaça comunista representada pelas ações dos grupos radicais<sup>9</sup>. Período mais duro foi vivido, a partir da promulgação do Ato Institucional no. 5 (AI-5), publicado em dezembro de 1968, que transformava o Presidente da República em um verdadeiro ditador, cuja repressão intensificou-se, de maneira geral, atingindo, inclusive estudantes, mulheres militantes e acadêmicas.

O ativismo feminista não transcendeu o período entre guerras, permanecendo quase “invisível”, isto é, por um longo período de “refluxo” nacional e internacionalmente. Já na segunda metade do século XX, com a emergência da retomada de fôlego, com o surgimento do movimento de “maio de 68”, em Paris, quando estudantes ocuparam a universidade da Sorbonne, pondo em xeque a ordem acadêmica estabelecida há séculos (PINTO, 2010). Por sua vez, no contexto internacional americano, surge a pílula anticoncepcional (1960), que abriu um novo paradigma para a sexualidade feminina, influenciado

também pelo lançamento do livro *Mística Feminina*, de Betty Friedan (1963), no qual a autora expõe os papéis da mulher na sociedade industrial, e particularmente no âmbito das “domésticas de tempo integral”. O livro tornou-se um *best seller*, e impulsionou a 2ª onda feminista, elevando o movimento para um patamar de visibilidade inacreditável.

Outras influências também ocorreram, entre elas vindas do movimento *hippie*, estruturado na contramão dos valores morais conservadores vigentes ao expressar o slogan: “paz e amor”, que instigava a plena liberdade às mulheres, sobre seus corpos e sexualidade, ao propor o lema do “amor é livre”. Naquela conjuntura, o movimento feminista ressurgiu com toda sua força, e as mulheres tematizam sobre seus corpos e sexualidade, assim como sobre as relações de poderes as quais estavam vivendo. Segundo Pinto (2010, p. 17):

O feminismo aparece como um movimento libertário, que não quer só espaço para a mulher – no trabalho, na vida pública, na educação –, mas que luta, sim, por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, em que esta *última tenha liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo*. Aponta, e isto é o que há de mais original no movimento, que existe uma outra forma de dominação – além da clássica dominação de classe –, a dominação do homem sobre a mulher [de gênero] – e que uma não pode ser representada pela outra, já que cada uma tem suas características próprias”.

<sup>9</sup> Informações disponíveis: Lamarão, Sérgio. **A Marcha da Família com Deus pela Liberdade**. Rio de Janeiro, CPDOC, 2020. Acesso em: 09 set. 2019.

Todavia, é necessário registrar que nos EUA surge com força o movimento *Black Power*<sup>10</sup> (poder negro), que foi proeminente no final dos anos 1970 início dos 1980, enfatizando o orgulho racial e a criação de instituições políticas e culturais negras para cultivar e promover os direitos civis e os interesses coletivos da população negra, avançando na direção de visibilidade dos valores negros. Contou com a participação de mulheres feministas negras. O nome que se destacou foi de Ângela Davis, surgindo como uma das principais lideranças nessa luta. Ativista desde os primeiros anos de sua juventude, a norte-americana fez parte do Partido Comunista e do movimento Panteras Negras. Em pouco tempo, Ângela havia se tornado uma das principais referências na luta pelos direitos dos/as negros/as<sup>11</sup>. As feministas abrem assim o caminho aos movimentos multiculturalistas das décadas seguintes, ao denunciarem os valores universalistas como aquele dos grupos brancos dominantes (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009).

Portanto, a metáfora da 1ª “onda” explicita tantos as conquistas e os avanços, como também os momentos de “amortecimentos” e calmarias para vir a ressurgir com toda a força, já na segunda metade do século XX, com a conhecida 2ª onda. Centenas de movimentos e de ativismos, no universo ocidental, iriam se potencializar trazendo novas questões e abrindo um chão mais propício às feministas. O Brasil não ficou impune a tais

influências, ao contrário, muitas foram incorporadas e reavivaram-se ao participar com força na 2ª onda.

### III. 2ª ONDA: A CONSTRUÇÃO DAS MARCAS IDENTITÁRIAS

Concordando com Pavard (2018), a 1ª e a 2ª ondas são categorias que se consolidaram no contexto do ativismo internacional – sobretudo americano, como explica a historiadora Astrid Henry:

No final da década de 1960 e no início da década de 1970, as feministas começaram a se identificar como a “segunda onda” do movimento de mulheres e, ao mesmo tempo, designaram o período de 1920 (obtenção do voto) como a “primeira vaga” e a partir de 1970 com a construção do feminismo da diferença chega-se a segunda onda (HENRY, 2004, *apud* PAVARD, 2018, p. 58).

Pode-se afirmar que a 2ª onda, na esfera internacional, foi iniciada com a abertura da I Conferência Internacional da Mulher, realizada na cidade do México, em 1975, patrocinada pela Organização das Nações Unidas (ONU). Na ocasião foram declarados os próximos dez anos como a década da mulher. Para o movimento feminista internacional, a discussão política marcou aquela conferência, na busca pelo reconhecimento da identidade feminina.

<sup>10</sup> A Expressão foi criada por Stockley Carmichael, militante radical do movimento negro nos Estados Unidos, após sua 27ª detenção, em 1966.

<sup>11</sup> Informação disponível no texto: BRASIL / ÁFRICA BLACK POWER: INSTRUMENTO DE RESISTÊNCIA E CULTURA por Kauê Vieira. Fonte: <http://www.afreaka.com.br/notas/black-power-instrumento-de-resistencia-e-cultura/>. Acesso em: 29 nov. 2019.



Pertencer ao movimento representava a realização de uma nova ideologia (...) de sentido e de valores comuns. A essa nova ideologia denominou-se de ‘sororidade’ (...) mas as questões da identidade racial ou nacional dividem o movimento, e a solidariedade comum das mulheres é rapidamente questionada pela suspeita da ignorância dos problemas próprios de cada grupo identitário, pelo temor de novas formas de dominação entre homossexuais e heterossexuais (...) entre mulheres brancas e mulheres negras... (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009, p. 146).

Por sua vez, no Brasil, aconteceu, naquele ano, uma semana de debates sob o título O Papel e o Comportamento da Mulher na Realidade Brasileira, com o patrocínio do Centro de Informações da ONU. No mesmo ano, a médica Terezinha Zerbini lançou o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), percorrendo vários estados do país, até 1979, para formar Comitês Femininos pela Anistia, assim unificando a luta pela redemocratização do Brasil. No mesmo ano, acabou ocorrendo a morte do jornalista Vladimir Herzog, na prisão, seguindo-se, na Catedral da Sé, da primeira grande manifestação popular de protesto, desde publicação do AI-5, (12/1968). O ativismo feminista se fez participante em todos estes episódios (BANDEIRA, 2000; PINTO, 2010).

De fato, como qualquer movimento social profundo, o desenvolvimento da 2ª onda resultou em múltiplos fatores de interações e avanços já iniciados desde a 1ª onda. O núcleo central contou com o engajamento do conjunto da vida das militantes e direcionou-se na busca pela plena cidadania das mulheres e de seus direitos

sociais, conferidos a outros grupos sociais, uma vez que as mulheres trabalhadoras não gozavam de seus direitos políticos e escassamente de direitos civis. Embora as vozes dessas e da “consciência” da opressão fossem ainda tênues, já começavam a manifestar-se desde 1968.

O silenciamento definitivo do movimento feminista foi rompido com a chegada da *nouvelle vague* (1970/1980), quando emergiram os pilares do pensamento feminista internacional, que trouxeram ao conhecimento das feministas brasileiras novos olhares, com a vinda de Betty Friedan ao Brasil, em 1971, ao introduzir a polêmica em torno da heroína doméstica, ocasião em que lançou seu livro. Foi recepcionada pela cientista e feminista Rose Mary Muraro, cujas entrevistas dadas à imprensa causaram muita repercussão em pleno regime militar. Por sua vez, outra influência deve-se à escritora estadunidense Kate Millett, ativista feminista e autora de *Política Sexual* (1970), que defendia a igualdade de gêneros e que se tornou um marco para o movimento feminista mundial, ao colocar o sexo como categoria política legítima, a qual acabou por gerar a bandeira da época: “o pessoal é político”, isto é, propugnava uma nova “construção Social” (HOLANDA, 2019, p. 20). Essas influências foram acrescidas à anterioridade de Simone de Beauvoir, cujo livro *Segundo Sexo*, publicado em 1949, afirmava a máxima: “Não se nasce mulher, torna-se mulher”.

Além das “máximas” acima, todas incorporadas pelo movimento de mulheres, foi acrescido o slogan “meu corpo me pertence”, que remete à questão da contracepção, da “maternidade voluntária”, de ter

o direito de escolher ter ou não ter filhos. Romper com a maternidade “forçada” como uma forma de escravidão, defender o direito à descriminalização do aborto, foram fortes demandas, em vista de que deixariam de acentuar tanto as desigualdades, entre as mulheres mais afortunadas, em relação ao aborto, e as mulheres pobres que não tinham outra escolha senão recorrer a prática das ‘curiosas’ ou ‘criadoras de anjos’ para abortarem.

Na 2ª onda buscou-se mudanças nas estruturas das mentes, rompendo com a autoridade masculina imposta pela sociedade patriarcal hegemônica e hierárquica, com mais participação das mulheres na educação, nos negócios, na política ou em qualquer outro espaço público. A saída dessas dos espaços privados e familiares representou uma tentativa de implodir com a ordem patriarcal. A propósito, a ativista Shulamith Firestone (1970)<sup>12</sup>, pioneira do movimento de mulheres em Nova York, explicitava que:

Do ponto de vista feminista radical, o novo feminismo não é simplesmente o renascimento de um importante movimento pela igualdade social. Esta é a segunda onda da revolução mais popular da história. Enquanto isso, Kate Millet, em sua tese intitulada - *Política Sexual*, (1970), deseja ver uma ‘segunda onda da revolução sexual’” (STUDER; THÉBAUD, 2004 *apud* PAVARD, 2017).

No Brasil, não menos importante foi a 2ª onda, demarcada por um momento-chave na história da luta das mulheres, com a chegada do processo de redemocratização, meados dos anos 1980, no qual o

ativismo feminista toma fôlego, na luta por políticas públicas destinadas às mulheres. Momento em que surgem inúmeras formas de organizações, no contexto de emergência dos movimentos sociais (grupos, coletivos, jornais, SOS, entre outros), cuja centralidade estava posta nas questões do combate à violência doméstica contra as mulheres (BANDEIRA, 2010). Era reforçado e reafirmado, pela igreja católica, por meio das “Comunidades Eclesiais de Base”, a resistência contra a ditadura, uma vez que predominava, sobretudo, na região Nordeste o latifúndio patriarcal em contradição com a pobreza extrema e a fome endêmica juntos às populações camponesas. O grito da resistência foi retomado, em alguma medida, pelo movimento “revolucionário” das Ligas Camponesas, em Pernambuco e na Paraíba, onde havia sido destruído pela ditadura militar desde 1964 (BANDEIRA, 2007).

A década de 1980, em grande medida, foi pródiga na movimentação do ativismo feminista, seja pelo acesso às políticas públicas, seja pela inserção na produção de várias áreas da ciência, seja na expansão dos estudos sobre as mulheres nas universidades como destacou a cientista Keller (2006). Se a emergência da pílula anticoncepcional (1960) possibilitou mudanças na condição da sexualidade feminina, outra conquista legislativa ocorrida em 1977 para as mulheres brasileiras foi a aprovação do divórcio instituído oficialmente com a emenda constitucional número 9, de 28 de junho de 1977, regulamentada pela lei 6515 de 26 de dezembro do mesmo ano. De autoria do senador Nelson Carneiro, a nova norma foi objeto

<sup>12</sup> Shulamith Firestone publicou *A Dialética do Sexo: Um Estudo da Revolução Feminista* (1970). A obra tornou-se um clássico da 2ª onda do feminismo. Este foi o primeiro livro de Firestone, publicado quando o autor tinha apenas 25 anos.

de grande polêmica na época, principalmente pela influente contrariedade da igreja católica. A lei permitia extinguir por inteiro os vínculos de um casamento e autorizava que a pessoa pudesse casar-se novamente<sup>13</sup>. Período em que predominavam os chamados “anos de chumbo”, a aprovação do divórcio foi importante, pois, de longe, ainda, já se anunciavam os ares da abertura democrática.

No decorrer da década de 1980, foram implantadas as primeiras políticas públicas com recorte de sexo/gênero: o Programa de Assistência Integral à Saúde Mulher (PAISM), lançado pelo Ministério da Saúde (1983), anunciado como uma nova e diferenciada abordagem sobre a saúde da mulher.

O PAISM constituiu-se também na primeira vez em que o Estado brasileiro propôs explicitamente, e implantou, embora de modo parcial, um programa que contemplava a regulação da fecundidade. Isso suscitou suspeitas acerca de possíveis intenções ocultas de controle da natalidade. Porém, analisando brevemente a história desse Programa e seu significado social, conclui-se que o

PAISM foi pioneiro, inclusive no cenário mundial, ao propor o atendimento à saúde reprodutiva das mulheres, no âmbito da atenção integral à saúde, e não mais a utilização de ações isoladas em planejamento familiar.<sup>14</sup>

Seguiu-se a criação dos conselhos estaduais da Condição Feminina, criados em São Paulo e Minas Gerais, em 1983, e, pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM)<sup>15</sup>, em 1985; além desses, criou-se a primeira Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher (DEAM), em São Paulo (1985)<sup>16</sup>. Todas essas políticas revigoraram o combate à ditadura, ao patriarcado na busca pela volta das liberdades democráticas.

Ademais, vale destacar que o pioneirismo das feministas brasileiras da 2ª onda foi fortemente influenciado pelos grupos de mulheres organizados no exterior, que “exiladas” em função da ditadura militar, naquele momento, contribuíram à “formação” do pensamento [históriare] do feminismo brasileiro: o Grupo Latino-Americano de Mulheres, em Paris, fundado pela escritora brasileira Danda Prado (*apud* CARDOSO, 2004)<sup>17</sup> e o Círculo de Mulheres

<sup>13</sup> Informação disponível no site: <https://ibdfam.jusbrasil.com.br/noticias/2273698/a-trajetoria-do-divorcio-no-brasil-a-consolidacao-do-estado-democratico-de-direito>. Acesso em: 22 out. 2019).

<sup>14</sup> Consultar: OSIS, Maria José Martins Duarte. PAISM: um marco na abordagem da saúde reprodutiva no Brasil. Disponível: <https://www.scielosp.org/article/csp/1998.v14suppl1/S25-S32/>. Acesso em: 03set. 2019.

<sup>15</sup> O CNDM, criado pela lei federal no. 7.353, de 29 de agosto de 1985, e regulamentado pelo Decreto no. 6.412 de 25 de março de 2008, foi criado como a instância máxima de formulação, deliberação e controle das políticas públicas para as mulheres, na esfera federal. Atualmente é completamente desconsiderado pela atual política.

<sup>16</sup> Embora tenha sido criada a DEAM, há quase quatro décadas, atualmente, em 91,7% das cidades brasileiras não há Delegacia de Atendimento à Mulher, pois, estão concentradas, sobretudo, nas capitais.

<sup>17</sup> Danda Prado era filha do historiador Caio Prado Júnior. Viveu em Paris, de 1971 a 1974. Doutorou-se em Ciências Sociais, escritora e herdeira da editora Brasiliense, criada por seu pai. Danda era feminista, e atuou intensamente no movimento durante sua permanência em Paris. Em sua trajetória estão encontrados com Simone de Beauvoir e Jean-Paul Sartre, durante os anos de 1970. Quando da vinda do casal ao Brasil, teve a oportunidade de recebê-los em São Paulo. Suas obras mais conhecidas são *Ser Esposa – A Mais Antiga Profissão* (1978), na qual discute questões clássicas do feminismo, e o volume *O que é o aborto?*, publicado pela coleção Primeiros Passos, SP: Brasiliense, 1984.

Brasileiro, também criado em Paris (1976), com a participação de brasileiras exiladas, articulados ao movimento feminista francês, participavam em passeatas e ações públicas identificando-se com suas reivindicações, muitas das quais eram as mesmas daqui. Expressavam suas ideias em pequenas publicações, cujas repercussões desses dois grupos acabaram por influenciar fortemente as ideias feministas no Brasil. Prova disso foi a aparição do primeiro jornal, *Nós Mulheres*, criado em São Paulo (1976), que pode ser considerado “a primeira publicação do feminismo brasileiro contemporâneo a declarar-se feminista”, segundo Maria Morais (1990).

Em 1979, quando a Anistia possibilitou o retorno dessas mulheres do exílio, os dois grupos deixaram de existir, e essas se engajaram nos movimentos aqui atuantes, com destaque para a socióloga Elisabeth Sousa Lobo, que inovou, nos anos 1980, as pesquisas sobre gênero e trabalho no Brasil, dedicando-se ao ensino e à pesquisa onde era docente, na USP. Manteve intenso intercâmbio intelectual com pesquisadoras da Europa, dos Estados Unidos e do Canadá. Tinha como inspiração a atuação militante e política de Emma Goldman<sup>18</sup>, a qual dedicou uma pequena brochura: *Emma Goldman*. São Paulo: Brasiliense, 1983. Encampava a afirmação da filósofa francesa Elsa Dorlin,

de que “O sexo é, antes de mais nada, político”. Por isso, a problemática da dominação entre os sexos e suas consequências sempre foi central na Sociologia do Trabalho, na qual contribuiu, de maneira original, ao publicar o livro: *A Classe Operária tem Dois Sexos*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

De volta ao Brasil, o protagonismo do ativismo feminista também se fez presente nos trabalhos da Constituinte de 1988, articulado à atuação das mulheres parlamentares, ao CNDM, pautado pelo compromisso das feministas como canal de representação dos interesses do movimento de mulheres<sup>19</sup>. Dessa forma, a campanha nacional realizada pelo CNDM “Constituinte prá valer tem que ter palavra de mulher” cuja expressividade materializou-se com a “Carta das Mulheres” encaminhada aos constituintes, em 1987 (MELO; SCHUMAHER, [201-]), ganhou força e visibilidade às demandas feministas. Também se multiplicaram os estudos com a presença das mulheres nos processos da produção científica e tecnológica, em particular na pesquisa, assim como a participação nas instâncias de decisão (SARDENBERG, 2007). O que não significa que a produção e a circulação do conhecimento, no mundo acadêmico, deixavam de ser demarcadas pela inclusão desigual das mulheres (BIROLI, 2017).

<sup>18</sup> Emma Goldman foi uma anarquista lituana, conhecida por seu ativismo, seus escritos políticos e conferências que reuniam milhares de pessoas nos Estados Unidos. Teve um papel fundamental no desenvolvimento do anarquismo na América do Norte na primeira metade do século XX. Além disso, foi celebrada por seus admiradores, como uma livre pensadora e “mulher rebelde”, e achincalhada pelos adversários como defensora de assassinatos políticos e revoluções violentas. Seus escritos e conferências abrangeram uma variedade de assuntos, incluindo o sistema prisional, liberdade de expressão, capitalismo e casamento e emancipação das mulheres. Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Emma\\_Goldman](https://pt.wikipedia.org/wiki/Emma_Goldman). Acesso em: 12 jul. 2020.

<sup>19</sup> Vale destacar que, no pós-ditadura militar, as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, em 1986, levaram 26 mulheres ao Parlamento nacional, um fato inédito na história do país. Com a Constituição de 1988 (a “Constituição Cidadã”), a igualdade de direitos entre mulheres e homens foi garantida pela primeira vez na legislação brasileira.

Não menos importante foram as organizações de mulheres feministas da sociedade civil, por meio da criação de Organizações Não Governamentais (ONGs), com destaque para as duas pioneiras: o SOS CORPO – Instituto Feminista para a Democracia, fundada em 1981, pioneira na região nordeste. É uma organização da sociedade civil, autônoma, sem fins lucrativos, com sede na cidade do Recife/PE. A outra foi o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), criada em julho de 1989, em Brasília/DF, por um grupo de mulheres feministas, que assumiram a luta pela regulamentação de novos direitos conquistados na Constituição Federal de 1988<sup>20</sup>. Essas pioneiras tinham como objetivo mais amplo provocar tanto a participação das mulheres nas esferas públicas e políticas como a criação de políticas públicas a elas dirigidas.

Vale destacar que, embora as lutas das mulheres negras remontem desde o Brasil colonial, a intensificação e institucionalização dessas se verifica somente na última década do século XX, quando o Movimento Feminista Negro e o Movimento Negro ressurgem com força no anos 1990, pautados por uma luta contra o(s) racismo(s) no contexto da retomada da democracia, com vista à extinção das desigualdades sociais e pela visibilidade da cidadania das mulheres pretas (RODRIGUES; PRADO, 2010), o que garantiu sua vitalidade na década seguinte.

Como visto, cada onda atinge sua “maturidade” sem deixar de ser seminal em relação à antecedente e à emergente, todas prosseguem com maior [ou menor]

importância levando a inovações, a novas tensões na atuação do ativismo feminista, na esfera pública-política e privada. Seus fluxos e refluxos trouxeram novas configurações às dinâmicas do ativismo feminista brasileiro, apesar de sua origem e marcas identitárias iniciais configuradas pelas mulheres da classe média intelectualizada, “influenciadas” pelo contexto feminista internacional (França e EUA), construíram o diálogo possível com outros segmentos ativistas de mulheres – trabalhadoras, sindicalizadas, grupos de mães pela sobrevivência, lutadoras pela creche, pelo combate à violência doméstica, acabando por estimular a presença de redes de militantes, e, por fim, preservar sua marca identitária e coletiva, desconstruindo marcadores essencialistas e universalistas. A maior crítica a esse momento é feita pelos grupos feministas negros, não sem razão. A chegada da 3ª onda anuncia uma questão importante: a incorporação do “paradigma” das relações de gênero.

#### **IV. 3ª ONDA: AS PLURALIDADES FEMINISTAS E A EXPANSÃO DA MILITÂNCIA FEMINISTA**

Com os avivamentos militantes dos anos 1990 e as transformações no universo de ativismos feministas, a metáfora das ondas conheceu uma outra vida, apesar das críticas que lhe eram dirigidas. A década de 1990 indica o renascimento militante com novas demandas. O feminismo da 3ª onda,

<sup>20</sup> Fonte: <https://www.cfemea.org.br/index.php/cfemea/nossa-historia>. Acesso em: 10 nov. 2019.



já voltado para a entrada no século XXI, visava desafiar os resquícios das definições “essencialistas” da feminilidade presentes na 2ª onda que colocaria ênfase demais nas experiências das mulheres brancas de classe média-alta; de alguma maneira desconsiderou a percepção de que as mulheres são de “muitas cores, etnias, nacionalidades, religiões, e origens culturais”.

Após a Conferência das mulheres, protagonizada pela ONU (Pequim, 1995), visibiliza-se solidariedades ativistas transnacionais, uma vez que o contexto político internacional, já mudando desde a década anterior (fim da Guerra Fria, descrédito da matriz ideológica marxista, e a queda do muro de Berlim (1989)), novos conflitos políticos, religiosos, migratórios e humanitários emergiram, em particular o conflito árabe-israelense, os fluxos migratórios oriundos do leste europeu, sucedidos na chegada do século XXI pelo ataque às Torres Gêmeas, em 11 de setembro de 2001, em New York. As consequências dessa nova configuração política internacional “reforçou as oposições, reais ou supostas, entre emancipações e religiões, e a divisão entre o norte e o sul” (ROCHEFORT, 2010 *apud* PAVARD, 2018).

Das mudanças que incidiram sobre a condição feminina, seguem dois exemplos: primeiro, Condoleezza Rice, cientista política e diplomata, de origem afro-americana foi a primeira mulher a ser secretária de Estado servindo na administração do presidente George W. Bush entre 2005 e 2009, nos EUA. Ela se manifestou como sendo intersetorialista, com a consciência de que a opressão feminina não é apenas sobre sexo, mas também sobre raça, classe, idade, entre outras questões. Instigou o fortalecimento

da militância feminista negra, com a presença da jurista afro-americana Kimberlé Crenshaw (2002), ao introduzir o “feminismo interseccional”, enfatizando a existência de vários eixos de desigualdades, pluralidades, diferenças raciais, de gênero, de classe e sexualidades; a estas acrescentou-se a condição religiosa, regional-territorial, geracional e profissional, se abrindo a tantas outras para identificar suas múltiplas intersecções. Todas, em certa medida, se fizeram presentes com maior visibilidade na chegada da 3ª onda, constituindo-se em um denso e complexo caldeirão, em que as relações de poder ainda permaneciam mais desiguais.

Um segundo exemplo refere-se à interpretação pós-estruturalista da condição de gênero e da sexualidade, cuja centralidade assenta-se no surgimento e na disseminação da teoria *queer*, notadamente provocada pela filósofa americana Judith Butler, no livro *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* (1990); estimulou o pensamento e a ação, com vistas a desnaturalizar ainda mais as identidades de gênero entendidas como *performances* e propondo não mais centrar o feminismo no *priori* do sujeito mulher (DORLIN, 2008). Assim, uma nova geração de ativistas denominadas LGBT (lésbicas, gays, bis, trans) iniciava sua participação amplamente, renovando e defendendo a convergência de lutas. São essas novas associações que encontram na teoria *queer*, a partir dos anos 1990, o restabelecimento de uma “certa osmose entre movimento homossexual e movimento feminista” após as dissensões ocorridas nas décadas de 1970 e 1980 (CHAUVIN, 2005 *apud* PAVARD, 2018, p. 131).

No Brasil, a 3ª onda marcou o contexto intelectual pela institucionalização de estudos de gênero nas principais universidades brasileiras, influenciadas pelo cenário internacional (feministas americanas, canadenses e seguido pelas francesas), o que repercutiu em um ativismo acadêmico voltado à reflexão e à conscientização. Vale registrar que, desde o final dos anos 1980, iniciativas acadêmicas ocorriam com a criação dos Núcleos de Estudos sobre as Mulheres, nas principais universidades públicas (USP, UnB, UFMG, UFBA, UFSC, entre outras), o que possibilitou criar disciplinas e desenvolver pesquisas, a partir da crítica feminista, alterando os olhares e paradigmas predominantes, sobretudo no âmbito das ciências sociais, sem, no entanto, deixar de enfrentar profundas resistências.

No domínio acadêmico, instituições como a Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), criada em 1978, desde cedo propicia a presença de dois GTs temáticos: “Mulher e Trabalho”, coordenado pela Profa. Heleieth Saffioti/UNESP; e “Mulher e Política”, coordenado pela Profa. Fanny Tabac/PUC/Rio, os quais permaneceram até final dos anos 1980, quando da “unificação” desses no GT “Relações de Gênero”, que durou até 1999. Em 2005 foi criado o GT “Gênero na Contemporaneidade”, cuja permanência foi apenas de dois anos. Na sequência, evidenciou-se uma pulverização sobre a questão gênero, em diferentes grupos de trabalho, cuja temática foi sendo incorporada, em reflexões com maior especialização sobre temas relacionados: corpo, sexualidade, violência de gênero, reprodução, homossexualidade,

masculinidade, destacando que ganha ênfase a crítica à construção da imagem feminina pelos meios de comunicação em massa.

Assim, no decorrer da 3ª onda continuou sendo estimulada, a partir de 2000, uma enorme e diversificada militância, coincidindo com o período que correspondeu à institucionalização de estudos sobre mulheres, feminismo e relações de gênero: “dentro dos gêneros, e entre os gêneros” (SCOTT, [200-]; HARDING, 2019), como forte efetivação nas universidades brasileiras. As feministas acadêmicas de então “impuseram” novas leituras tanto ao marxismo como ao freudismo (HARDING, 2019, p.95), que entendia o “homem” como “arrasadoramente universal”. Nesta direção a autora questionava-se:

(...) tudo aquilo que tínhamos considerado ‘útil’, com base na experiência social das mulheres brancas, ocidentais, burguesas, e heterossexuais, acaba por nos parecer particularmente suspeito, assim que começamos analisar a experiência de qualquer outro tipo de mulher.

Harding, ao mesmo tempo, aproveitou para sugerir algumas críticas voltadas ao interior do movimento feminista considerado “hegemônico”, ou seja, em que medida as feministas não se utilizaram do mesmo instrumental teórico – não por conspiração, mas em virtude do padrão histórico patriarcal que as levou a fazer uma teoria “unicamente” para mulheres de uma mesma origem social? Porque deixaram de se fazer ouvir outras vozes e outras mulheres, de fora, - presumindo, pois, que os problemas destas, seriam os

problemas de todas? Em que o feminismo não se utilizou das mesmas estratégias “perigosamente” patriarcais? Conclui afirmando (HARDING, 2019, p. 97): “temos uma infinidade de mulheres que vivem em intrincados complexos de classe, raça e cultura, e por que ficam de fora das análises do feminismo?”.

Nessa direção, o ativismo e visibilidade do Movimento Feminista das Mulheres Negras, brasileiro, expressou uma crítica legítima e contundente ao feminismo branco e hegemônico estabelecido, a partir do uso da categoria de gênero.

Sem dúvida, trata-se de uma crítica pertinente, que se fez presente também no contexto internacional, onde foi “forjado” o termo da 3ª onda. Nos Estados Unidos, a historiadora Astrid Henry (2004)<sup>21</sup> lembra que essa é particularmente popularizada por Rebecca Walker (1992)<sup>22</sup>, em um artigo publicado na revista Magazine: “Tornando-se a terceira onda”. Rebecca Walker, nascida em 1969, era filha de Alice Walker, reconhecida escritora afro-americana que escreveu *La Couleur Pourpre (A cor púrpura)*<sup>23</sup>. Defendeu um feminismo que aceita a complexidade das identidades individuais (ela mesma era bissexual e birracial) e levou em conta outras lutas que não só foram as da questão racial e da mulher. Seu texto teve boa ressonância e, em 1994, foi nomeada uma das 50 líderes mais influentes pela revista *Times* (PAVARD, 2018).

A geração de mulheres feministas, que contou com a presença de Rebecca Walker, foi “racialmente mista” e fundamentada no questionamento das identidades de gênero e das múltiplas identidades sexuais racializadas, assentadas na abordagem intersetorial. Da mesma forma, no Brasil, a feminista negra Lélia Gonzales (1988)<sup>24</sup>, pioneira em questionar o feminismo sob uma ótica racial, contrapunha-se ao fato da matriz assentada nos pilares do feminismo brasileiro ser eurocêntrico, pautado na trajetória de mulheres brancas, de classe média, opondo-se ao silenciamento em relação às especificidades das mulheres negras e latino-americanas (SANTOS, 2013).

Para Lélia Gonzales, a perspectiva da interseccionalidade torna-se uma estratégia epistemológica proposta a “levar em conta as inúmeras fontes da identidade, embora não tenha a pretensão de propor uma nova teoria globalizante sobre a mesma” (CRENSHAW, 2002; HIRATA, 2014, p. 62). De qualquer maneira, há sempre que se considerar, que na abordagem intersetorial destacam-se as relações de poder que inter cruzam os grupos de mulheres, deixando como rastro as práticas de violência de gênero.

Trazer à visibilidade a luta das mulheres negras – por meio da estratégia teórico metodológica da interseccionalidade, possibilitou dar significado a(s) sua(s) experiência(s), cujas especificidades não

<sup>21</sup> Henry, Astrid (2004). *Not my mother's sister: generational conflict and third-wave feminism*. Bloomington: Indiana University Press. EUA. ISBN 978-0-253-21713-4

<sup>22</sup> Consultar Fonte: [https://teachrock.org/wp-content/uploads/Handout-1-Rebecca-Walker-%E2%80%99CI-Am-the-Third-Wave%E2%80%99D.pdf?x96081\(12/07/2020\)](https://teachrock.org/wp-content/uploads/Handout-1-Rebecca-Walker-%E2%80%99CI-Am-the-Third-Wave%E2%80%99D.pdf?x96081(12/07/2020)).

<sup>23</sup> O romance *A cor púrpura* tornou-se um filme americano (1985), dirigido por Steven Spielberg, com roteiro de Menno Meyjes, baseado no romance da premiada autora afro-americana Alice Walker.

<sup>24</sup> Fonte: “Por um feminismo afrolatinoamericano.” Revista Isis Internacional. (8), out. 1988. (acesso: 12/11/2019)

encontravam espaço de discussão quer no debate feminista hegemônico, quer no debate antirracista, mesmo sabendo-se que a condição de gênero e de raça interagem com outros marcadores sociais da diferença e, desse modo, “determinam” as experiências diversas vividas pelas mulheres negras.

A crítica feminista, a partir da estratégia interseccional, foi fundamental para romper com as interpretações reducionistas e/ou essencialistas, sobretudo, quando as situações de conflito afloram. No contexto atual brasileiro, Rodrigues e Prado (2010, p. 451) destacam que:

( ) a singularidade do Movimento de Mulheres Negras frente ao Movimento Negro e ao Movimento Feminista revela a existência de conflitos intra e inter movimento, disputa de tendências, de poder, por acesso a recursos, os impasses do modelo ONG versus o modelo Movimento Social de base, assim como combinações entre esses e a questão do ambíguo impacto da institucionalização do Movimento de Mulheres Negras, sua adoção pelo Estado e por organismos internacionais de regulação. Esse movimento tem se revelado contraditório e polissêmico em suas ações públicas, dinâmica interna e relações com os demais movimentos sociais, demonstrando, como afirma Melucci (1996), que não há uma unidade ou substância própria ao movimento, pelo contrário, são sistemas cotidianos de luta social com sentidos múltiplos e com formas diversas de sociabilidades.

Assim, a 3ª onda trouxe e possibilitou a urgência de um feminismo ativista negro que falasse de pluralidades e de suas questões em relação à mulher negra

brasileira, como a presença de militantes cada vez mais jovens. Observa-se que foi a partir da segunda metade da década de 1990 que se acelerou o processo de mudanças acerca das questões raciais, marcado fortemente por uma aproximação entre o Movimento Negro e o Estado brasileiro. Alguns acontecimentos, um de âmbito nacional e outro internacional, podem ser destacados consensualmente pelas/os pesquisadoras/es sobre a importância desse processo: i) a Marcha Zumbi de Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida (1995), ano de comemoração do tricentenário da morte de Zumbi dos Palmares; ii) marco para a aprovação das cotas raciais em universidades públicas foi a III Conferência Mundial Contra o Racismo, convocada pela ONU em 1997; e iii) a primeira conferência patrocinada pela Organização das Nações Unidas, realizada entre 31 de agosto e 8 de setembro de 2001 na cidade de Durban, na África do Sul. Foi presidida por Mary Robinson, ex-presidente da Irlanda e a presidente da Comissão de Direitos Humanos nas Nações Unidas.

No Brasil, não menos importante, foi a instalação do sistema de cotas de acesso ao ensino superior público [ações afirmativas] aprovado pelo Projeto de Lei 73/99, instituído para implementar o ingresso de estudantes negras/os nas Instituições públicas de Ensino Superior (LIMA, 2010). A instituição pioneira a instalar o sistema de cotas raciais em vestibulares para cursos de graduação por meio de uma lei estadual estabeleceu 50% das vagas do processo seletivo destinadas a alunas/os egressas/os de escolas públicas cariocas. No caso o pioneirismo se deveu a UERJ,

que, em 2003, se tornou a primeira universidade do país a adotar cotas raciais. Na ocasião, do total de vagas oferecidas, 45% foram destinadas aos cotistas<sup>25</sup>.

A política pública se fez presente com a criação da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), efetivada em 21 de março de 2003, homenagem ao Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial. Foi transformada em Ministério em fevereiro de 2008, e representou, sem dúvida, uma inflexão política e institucional no tratamento da temática racial pelo Estado brasileiro.

Embora a 3ª onda se caracterize por um período curto de apenas (1990-2010), evidencia-se um posicionamento político e teórico multirracial e multiculturalista, buscando romper com os “essencialismos” monolíticos feministas dos anos 1970, isto é, vistos a partir de uma mulher única, monolítica e universal. Do ponto de vista pós-estruturalista e pós-colonial, tratou-se de promover um feminismo mais plural e inclusivo, que além de instigar novas questões teóricas e políticas, contemplou a emergência de uma nova geração de ativistas que reivindicam outra(s) forma(s) de fazer feminismo(s). A metáfora das ondas vai mudando de significado(s). Parece emancipar-se da ideia de ser apenas um “vasto movimento” ou “momento histórico” único, fortalecendo as sobreposições, tornando-se o ancoradouro de “novas” identidades, de gerações e de atuações políticas.

Portanto, se a 3ª onda trouxe à tona várias questões, dinâmicas, movimentos e ressignificados, pois, já traz em si, as

condições seminais que permitem anunciar a chegada de 4ª onda: novos fluxos e refluxos, no sentido de que interesses renovados pelo ativismo feminismo, em redes, mídia, ou com o uso da parafernália virtual e tecnológica se estabeleceu, assim como a cultura marcada pela conjuntura da pós-modernidade acentuada, a partir de 2010.

## 4ª ONDA: NOVAS GERAÇÕES DE FEMINISTAS MIDIÁTICAS, MOVIMENTOS EM REDES E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Internacionalmente, embora sem pleno consenso, designa-se a 4ª onda, a partir da primeira década do século XXI, caracterizada pelo ativismo *online*, por novas linguagens, novos movimentos urbanos, pelo uso das ferramentas da internet e redes sociais (*facebook, twitter, instagram, You Tube e os blogs como o Feministing*). Com grande expressividade na França, onde foi publicado o livro de Aurore Koechlin, *The Feminist Revolution* (2019), o qual tornou-se referência para abrir e alimentar os debates referentes a 4ª Onda referente à jovem geração militante feminista. Destacam-se ainda *O feminismo para os 99%: um manifesto, capitalismo patriarcal*, de Silvia Federici (2019) e *Bread and Roses: antagonismo de gênero e classe sob o capitalismo*, de Andrea D’Atri (2019).

Koechlin, após retomar a perspectiva histórica das diferentes ondas feministas surgidas na França, aborda

<sup>25</sup> Fonte: <http://redeglobo.globo.com/globouniversidade/noticia/2013/08/em-2003-uerj-se-torna-primeira-universidade-do-pais-a-dotar-cotas.html>. Acesso em: 03 ago. 2013.



principalmente o nascimento da 4ª onda com reflexos internacionais. Destaca a questão das diferentes correntes teóricas às quais os setores mais ativos e militantes dessa nova onda se referem, como a teoria da reprodução social e a interseccionalidade. No último capítulo da obra, debate as diferentes estratégias e decide por uma estratégia “feminista, marxista e revolucionária” (CUFF, 2019, não paginado). Suas repercussões expandem-se para além do contexto francês, influenciando inclusive segmentos de mulheres islâmicas.

Muitas mulheres jovens que se engajam na 4ª onda, no entanto, não abandonaram as “velhas” bandeiras feministas: o *status quo* de opressão das mulheres; a(s) oposição a(s) misoginia(s); o desafio de expandir a politização a outras mulheres das mais variadas faixas etárias e condições socioeconômicas, a luta por salários iguais, as questões relativas ao corpo; combate à violência de gênero, a descriminalização do aborto. Essas são questões que atingem as mulheres de maneira geral, independentemente de sua(s) especificidade(s).

A “qualificação” da nova geração ativista do século XXI se baseia na “bandeira da liberdade plena”, pois os preconceitos estão caindo, a visibilidade nos espaços públicos tem sido cada vez maior. A exemplo – a *Primavera Feminista* (MARTINS, 2017)<sup>26</sup>, manifestações que se ampliam com o feminismo transnacional,

atingindo países e regiões, nem sempre promissoras em relação aos direitos e cidadania das mulheres. Um dos exemplos mais contundentes ocorreu a partir da crise econômica do capitalismo internacional (2008) nos Estados Unidos, que demarcou um momento histórico sentido com a “Marcha das Mulheres” (março, 2017), ocorrida em Washington, ao protestarem contra a misoginia, e os posicionamentos sexistas do eleito presidente Donald Trump. Pediam mais respeito às mulheres, à população negra, aos imigrantes, aos muçulmanos, aos deficientes físicos. A marcha reuniu mais de 500 mil pessoas na capital. O protesto globalizou-se, expandindo-se para diversos países e outras partes do mundo.

No contexto francês, por sua vez, grupos de jovens do liceu se tornaram ativistas, e suas reivindicações se espalharam pelo mundo por intermédio das redes sociais, com o *slogan* deliberadamente provocador: *Ni putes Ni soumises* (Nem putas (prostitutas) nem submissas). Manifestação fundada nas regiões da periferia parisiense, na Primavera de 2002<sup>27</sup>, tendo como liderança uma jovem feminista de origem islâmica – Fadela Amara<sup>28</sup>. Foi lançado na ocasião um manifesto denunciando o machismo e a violência por parte dos homens.

Muitas foram as marchas organizadas contra a violência nas periferias de Paris, até então sempre desconsideradas

<sup>26</sup> Ao tratar da “Primavera Feminista”, com cenário brasileiro, MARTINS (op. cit, 2018), assim se expressa no seu texto: (...) as marchas/manifestações/protestos públicos mais numerosos ocorridos na capital do Brasil e protagonizados por mulheres, o que inclui a Marcha das Vadias (Brasília, 2012), a Marcha das Mulheres Negras (Brasília, 2015), a Marcha das Margaridas (Brasília, 2015) e a Greve Internacional de Mulheres – 8 março (Brasília, 2017).

<sup>27</sup> Atualmente, à associação - *Ni Putes Ni Soumises* - é representado por comitês internacionais, em mais de 20 países europeus e africanos.

<sup>28</sup> AMARA, Fadela et ZAPPI, Sylvia (Colaboradora). *Nem Putas nem Submissas*. Paris, Other Editions, 2003.

e invisibilizadas pelo governo. A explosão dessas acentuou-se com *l'affaire du foulard*<sup>29</sup>, isto é, com a “interdição do uso do cachecol” pelas jovens islâmicas que frequentavam o liceu público francês. Em apenas alguns meses, esse movimento, tornando-se uma associação, conquistou uma audiência importante entre o público, a mídia e os movimentos políticos. Argumentavam que, no momento de plena globalização, a luta está ocorrendo aqui e lá, dentro e fora, já que as mulheres estão “ligadas” em redes, ao mesmo tempo, em que são as primeiras vítimas da retirada da identidade e do relativismo cultural, o que resultou em um aumento assustador do obscurantismo. Trata-se de uma luta corajosa e difícil da emancipação para todas as mulheres imigrantes francesas que pretendeu levar com o corpo e a força a demanda pela “libertação” do patriarcado (PAVARD, 2018).

Na mesma direção, outras tantas manifestações e movimentos ocorreram, com destaque para A Marcha das Vadias (The SlutWalk)<sup>30</sup>; movimento surgido, a partir de um protesto (abril, 2011), em Toronto, Canadá, e desde então se internacionalizou, aterrissando em vários países, entre eles o Brasil, por meio das redes sociais. Divulgado nas páginas do Facebook, trouxe novas narrativas urbanas que ganharam outros sentidos ao desfrutar da era digital global, adentrando em lugares privados e públicos. Protestaram contra a crença de que as mulheres que

são vítimas de estupro o teriam provocado assim como outras práticas de violência. Por isso, mobilizadas internacionalmente, marcharam contra a violência machista!

Segundo informações coletadas no texto de Pavard (2018), destacam-se ainda as manifestações que circularam pelo mundo contra a oposição ao(s) assédio(s) sexual(is) e a outras manifestações de violência contra as mulheres, como as situações de assédio virtual. Vários escândalos galvanizam o movimento, incluindo o estupro coletivo ocorrido em Nova Délhi (2012), na Universidade de Columbia e em Nova Iorque. A estudante de artes visuais Emma Sulkowicz, que diz ter sido estuprada no primeiro dia de aula de seu segundo ano na universidade de Columbia, iniciou a manifestação “Perfomance do colchão” (2017), carregando um colchão pelo *campus* uma vez que seu estuprador ainda estaria nesse local. Recentemente, subiu ao palco para receber seu diploma junto com o colchão e foi aplaudida pela turma<sup>31</sup>.

O outro escândalo sexual foi o do megaprodutor Harvey Weinstein, um dos homens mais poderosos da indústria do cinema. Em julho de 2017, o jornal The New York Times publica uma reportagem detalhando as acusações que indicavam décadas da prática de assédio(s) sexual(is) cometido(s) por Harvey Weinstein. Atrizes como Rose McGowan e Ashley Judd foram as primeiras a detalhar as denúncias.

<sup>29</sup> Texto de Valérie AMIRAUX: ‘L’affaire du foulard’ en France Retour sur une affaire qui n’en est pas encore une. Fonte: <https://www.erudit.org/fr/revues/socsoc/2009-v41-n2-socsoc3594/039268ar/>. (18/02/2010).

<sup>30</sup> Dantielli Assumpção Garcia e Lucília Maria Abrahão e Sousa. A Marcha das Vadias nas redes sociais: Um discurso da militância?. Disponível em: <file:///D:/Usuario/Downloads/504-1296-1-SM.pdf>. Acesso em: 12 out. 2019.

<sup>31</sup> Fonte: <https://www.otempo.com.br/interessa/comportamento/em-protesto-contr-estupro-aluna-leva-colchao-a-formatura-1.1042213> (20/03/2020).

Finalmente, os movimentos #MeToo, ou #BalanceTonPorc em francês (2017), e o *Time's Up*, todos galgaram e ensejaram reconhecimento internacional, o que levou, em dezembro de 2017, a revista *Time* a escolher várias ativistas proeminentes envolvidas no movimento, e apelidadas de “quebradoras de silêncio”, como “Pessoa do Ano”.

No contexto da América Latina, o primeiro evento ocorreu na Argentina (2015), sob o signo: *Ni Una Menos* (Nenhuma a menos). A manifestação foi deflagrada após a morte da adolescente Chiara Páez, de 14 anos, que estava grávida quando foi assassinada pelo namorado de 16 anos. Após o crime, o corpo da jovem foi enterrado no quintal da casa dos avós dele com a ajuda dos seus pais. O crime bárbaro gerou indignação nacional. Ao cunhar a frase: “Nenhuma a Menos” a intenção foi de barrar o alastramento da violência, reivindicar medidas para condenar os assassinatos de crimes de feminicídios. Este movimento expandiu-se pela América Latina deixando marcas muito fortes. Repercutiu no Brasil, onde a cada dia são mortas 12 mulheres (IPEA, 2019).

As conexões do ativismo feminista argentino ligaram-se – virtualmente – a questões políticas mais amplas. Manifestações políticas de diversos grupos ecoaram pela América Latina, sobretudo,

quando da decisão do então presidente Mauricio Macri de receber Jair Bolsonaro, presidente do Brasil: “um militar rodeado de militares”, afirmou a psicóloga Nora Cortiñas<sup>32</sup>, uma das fundadoras da Associação das Mães da Praça de Maio:

Rechazamos a vinda de Bolsonaro com todas as nossas forças. Ele não tem nada a fazer aqui. Pedimos que vá embora imediatamente. Ele é um genocida. Tem espírito de “genocida”, completou ela à Crônica TV<sup>33</sup>

Muito forte a reação de grupos sociais e feministas à ida do Presidente Bolsonaro a Buenos Aires. Este “clima” anticonservadorismo já havia sido deslocado de outros países europeus para a América Latina, em geral. Destacam-se as manifestações da chamada “Primavera Feminista” que repercutiu muito no Brasil, em sua especificidade, pois milhares de mulheres se organizaram e protagonizaram protestos – de norte a sul do país. Martins (2017, p. 23), ao apresentar sua tese, afirma que:

Diversas e numerosas manifestações públicas de mulheres, nomeadas como marchas, compõem o cenário da política brasileira contemporânea, ensejando reflexões sobre formas de participação social e de afirmação de direitos na atualidade(...)as marchas/manifestações/protestos públicos mais numerosos ocorridos na capital do Brasil e protagonizados por mulheres, o que inclui a Marcha das Vadias (Brasília, 2012), a Marcha das Mulheres Negras (Brasília, 2015), a Marcha das

<sup>32</sup> Nora Cortiñas teve seu filho o Gustavo Cortiñas, militante do Partido Justicialista e da organização Montoneros, desaparecido em Castelar, província de Buenos Aires, em 15 de abril de 1977, quando trabalhava no Ministerio de Economía de la Nación.

<sup>33</sup> Informação disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/manifestantes-pedem-saida-imediata-de-bolsonaro-da-argentina/> (acesso:19/10/2019).

Margaridas (Brasília, 2015) e a Greve Internacional de Mulheres (2019).

Outras manifestações específicas ocorreram, por exemplo, contra o Projeto de Lei (PL) 5069/2013 de autoria do presidente da Câmara, à época, deputado Eduardo Cunha, que reunido com a bancada mais conservadora tentava aprovar uma série de medidas que respondem aos interesses corporativos de seu grupo. Entre essas estava o PL 5069/2013. Este tipifica como crime contra a vida o anúncio de meio abortivo e prevê penas específicas para quem induz a gestante à prática de aborto. Jovens mulheres mobilizadas manifestaram-se nas redes com a campanha “Pílula fica, Cunha sai! #ForaCunha”, em contraposição à aprovação da PL 5069, expressando sua indignação e culminou com a ida às ruas, em várias cidades do país, evidenciado um novo *round* do ativismo feminista político<sup>34</sup>.

As repercussões foram muitas, a ponto de a prova do Enem, da qual participariam mais de três milhões de estudantes, pautar como tema da redação *A violência contra a mulher!* Este tema teve consequências, pois contribuiu para, nas redes sociais, acontecer uma grande “explosão” de relatos no *Facebook* com a *hashtag* #MeuPrimeiroAssédio, em que muitas meninas e jovens se sentiram

encorajadas a denunciar e publicizar sua primeira experiência de assédio nessa rede social.

No Brasil, a primeira Marcha das Vadias ocorreu em São Paulo, em 4 de junho de 2011, organizada pela publicitária curitibana Madô Lopez e a escritora paraguaia Solange De-Ré<sup>35</sup>. A marcha “impôs” novas linguagens por meio da exibição dos seios e dos corpos pintados, reivindicando direitos e liberdade; grupos de jovens mulheres se manifestaram pedalandou nua em bicicletas pelas avenidas e ruas de São Paulo, enfatizando a relação do corpo com seu transporte e fazendo destes *outdoors* contra as discriminações e violências às quais são submetidas. As manifestações foram espontâneas, pois, na maioria, as participantes eram mulheres jovens, trabalhadoras sindicalistas, secundaristas, universitárias, estudantes de cursinho, mães. Organizadas sem a presença de “lideranças”, caracterizando-se por uma outra estética e dinâmica urbanas. No primeiro ato realizado em São Paulo, por exemplo, reuniu, aproximadamente, 15 mil pessoas na Avenida Paulista, e ao menos 90% desses participantes eram mulheres<sup>36</sup>.

Esses grupos reivindicavam novos modos de se apresentarem, de organização, de estar presentes nas mídias, alguns inclusive acolhem homens, rompendo com a teorização política da exclusão

<sup>34</sup> Consultar texto de Priscilla Caroline de S. Brito: PRIMAVERA FEMINISTA: A INTERNET E AS MANIFESTAÇÕES DE MULHERES EM 2015 NO RIO DE JANEIRO. Disponível em: [http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499450296\\_ARQUIVO\\_PrimaveraFeminista-ainterneteasmanifestacoesdemulheresem2015noRiodeJaneiro-FazendoGenero.pdf](http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499450296_ARQUIVO_PrimaveraFeminista-ainterneteasmanifestacoesdemulheresem2015noRiodeJaneiro-FazendoGenero.pdf) (15/09/2019).

<sup>35</sup> A marcha repercutiu em Recife, Belo Horizonte, Brasília e Itabuna e em 2012, no dia 29 de junho, ocorreu a 1ª Marcha das Vadias na cidade de Teresina. No dia 28 de julho de 2012, aconteceu a primeira marcha em São José do Rio Preto, SP. A última marcha foi em Brasília, no dia 21 de junho 2013, e reuniu mais de 3 mil pessoas.

<sup>36</sup> Disponível no texto: MAZENOTTI, Priscilla (18 de junho de 2011). Mais de 800 pessoas participam de marcha para reivindicar igualdade de gênero. Agência Brasil. Consultado em 18 de junho de 2011 ([https://pt.wikipedia.org/wiki/Marcha\\_das\\_Vadias](https://pt.wikipedia.org/wiki/Marcha_das_Vadias)).

propugnada pelas feministas dos anos 1970. Em outras palavras, a presença significativa dessas mulheres muito jovens em mobilizações recentes, iniciadas em meio à ascensão do(s) conservadorismo(s), trazem suas próprias questões teóricas e políticas, redefinindo as fronteiras e os significados do ativismo feminista (BERENI, 2012). Exemplo disso foram as manifestações locais da Marcha das Vadias que encarnaram o protesto feminista contra as múltiplas violências, entre essas os estupros, que foram “traduzidos” nos próprios corpos das participantes que constituem os sentidos da ação coletiva. Mobilizadas, as jovens ativistas produziram novos códigos acerca da violência sexual e da sexualidade. A nudez e o uso de roupas “sensuais” são algumas das formas pelas quais o corpo é expressado, visibilizado e utilizado para produzir e comunicar suas mensagens<sup>37</sup>. Ao mesmo tempo que o utilizam como a nova forma de “território”, onde o colonialismo, o capitalismo, o patriarcado e o racismo ainda querem preservar a dominação e o controle; muitas estratégias são criadas para tanto, e nem sempre a mídia é atenta a tais formas de dominação (ATRI, 2019).

Jovens secundaristas de escolas privadas se manifestaram, em março de 2016, nas grandes cidades brasileiras (RJ, SP, POA) “contra a proibição do uso de shorts em escola”. Um abaixo-assinado que circulou *online*, e contou com milhares de assinaturas, afirmava:

(...) deixe no passado a mentalidade de que cabe às mulheres a prevenção de assédios, abusos e estupros; exigimos que, ao invés de ditar o que as meninas podem vestir, ditem o respeito (...) Ao invés de humilhar meninas por usar shorts em climas quentes, ensine estudantes e professores homens a não sexualizar partes normais do corpo feminino. Nós somos adolescentes de 13-17 anos de idade. Se você está sexualizando o nosso corpo, **“você é o problema”**<sup>38</sup>.

A entrada no século XXI, por sua vez, marcou também a institucionalização e a “ascensão” das políticas públicas destinadas às mulheres, com a criação da Secretaria de Política para as Mulheres – SPM/PR (janeiro de 2003); era “articulada” a participação dos movimentos feministas e de mulheres, em função de lutas comuns. A realização de três Conferências Nacionais de Política para as Mulheres, e os decorrentes três Planos Nacionais de Política para as Mulheres (PNPMs) que cobriram o período de (2004 a 2015), eram articulados à Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), e a Secretaria de Direitos Humanos (SDH).

Em maio de 2016 tudo desapareceu, diante das pressões pela reforma ministerial, ocorreu a “fundição” das três Secretarias no nominado – Ministério da Cidadania. Representou um retrocesso, que levou à extinção de organismos – simbólica e politicamente históricos para a formulação e implementação de políticas

<sup>37</sup> CASTRO, Carla Gomes. Corpo e emoção no protesto feminista: a Marcha das Vadias do Rio de Janeiro. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-64872017000100231](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872017000100231). Acesso em: 02 out. 2019.

<sup>38</sup> Informações disponíveis no site: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/alunas-protestam-contr-a-proibicao-do-uso-de-shorts-em-escola-de-porto-alegre>. Acesso em: 18 out. 2019.



públicas demandadas pelas mulheres brasileiras e pela sociedade civil<sup>39</sup>.

No enfrentamento aos retrocessos, as ativistas das diversas ondas se juntaram para enfrentar uma luta *estrutural*, que transcende as diferenças, não apenas na busca pela justiça às mulheres, mas, sobretudo, para não aceitar os retrocessos que se fazem evidentes. Assim, a 4ª onda feminista no Brasil, não deixou de fora feminista “históricas”, embora sejam as jovens que inventam outras expressividades e formas de ativismo(s), para “defender ativos ameaçados”: todas acabaram se unindo! Questões transversais presentes nas gerações passadas e presentes – a persistência da violência de gênero, concentrada no assédio nas ruas, no local de trabalho, nas agressões sexuais nos *campi* universitários, nos crimes de feminicídios de mulheres, além da cultura de estupro (Lei Maria da Penha, 2006; Lei do Feminicídio, 2015) – as especificam e as unem, seja no ativismo, seja nas demandas de políticas públicas. Hoje, essa “união” é fundamental, sem deixar de contemplar suas especificidades, em que o Brasil apresenta os maiores índices de mortes violentas de mulheres negras (66,7%), superior a morte de mulheres brancas, de acordo com o Atlas da Violência (IPEA, 2018).

A 4ª onda apela à equidade de gênero surfando nas mídias sociais transfronteiriças, visando a inclusão de todas as mulheres e rejeitando a dimensão binária da condição de gênero. Deu vida e visibilidade ao tipo de “mulher rebelde”, um híbrido entre a líder e a

denunciante (PAVARD, 2018, p. XX). O ativismo feminista ampliou-se à mídia, em suas representações, para criticar estereótipos e promover novas imagens da mulher emancipada. Novos públicos e grupos subordinados de mulheres são alcançados, de mulheres brancas de elite (1ª onda) a mulheres de classe média e minorias (2ª onda), a mulheres negras e homens LGBTQ (3ª onda), para terminar com o tipo atual de síntese que afeta todas as classes e minorias, globalizadas (4ª onda).

As redes e as mídias sociais tendem a oferecer uma contribuição adicional à democratização das reivindicações feministas. A multivalência da 4ª onda é real, especialmente porque foi forjada, no contexto de tantas outras crises ocorridas no novo milênio, sobretudo das revoltas das populações imigrantes, das classes sociais ainda oprimidas e marginalizadas, do aumento geométrico das desigualdades das mulheres associadas a suas condições da racialidade/etnicidade, da colonialidade nos encontramos, pois tais fenômenos são preocupantes frente ao desengajamento e a inércia do(s) Estado(s).

Por fim, as expressividades da 4ª onda não se configuram apenas nas rupturas geracionais reforçadas a partir da entrada no século XXI, mas têm também dimensões políticas inovadoras. Surgem novas lideranças jovens e autônomas, em relação a partidos políticos, focam, particularmente, sua atenção na mídia, pois são jovens os que dominam os “novos” códigos da comunicação digital, buscam novas parcerias e se infiltram no mundo

<sup>39</sup> Segundo manifestação da Agência Patrícia Galvão, 22/09/2015. Disponível: <https://agenciapatriciagalvao.org.br/mulheres-de-olho/feministas-criticam-ameaca-de-extincao-da-spm-seppir-e-sdh/>. Acesso em: 15 out. 2019.

globalizado. Se reconhecem ao afirmar ter um ativismo que chamam de ‘sextremismo’” (PAVARD, 2018).

## **A TÍTULO DE CONCLUSÃO: AS INTERSEÇÕES DAS ONDAS FEMINISTAS ENTRE A HISTÓRIA E A MEMÓRIA**

Com qual intensidade que a 4ª onda feminista se reflete no Brasil? Dos anos 1970 já se passaram quatro décadas de ativismo feminista, no Brasil, e hoje as novas gerações não podem se furtrar do legado deixado pelas feministas *históricas*, uma vez que se beneficiaram de trabalhos anteriores seminais das ativistas ativas das décadas passadas. Hoje, o contexto político mudou, o qual não assegura, necessariamente, que as conquistas das ondas anteriores estejam asseguradas, pois as ameaçadas pela perda do já conquistado são constantes.

Todos esses movimentos e ativismos feministas trazem como bandeira o grito contra o(s) conservadorismo(s): a expressão de lutas contra as políticas conservadoras que vêm sendo aplicadas nos últimos anos e afetam não só os corpos das mulheres, por meio do caráter deletério das violências, da pauperização ascendente, ou da persistente desigualdade no âmbito da divisão sexual do trabalho. Se esses são fenômenos antigos a serem superados, são acrescidas de outros – teóricos e políticos –, trazidos pelas novas gerações, redefinindo fronteiras.

Apesar de suas limitações, o uso da metáfora da onda indica a(s) encruzilhada(s), o (s)entrecruzamento(s), similarmente presentes no ativismo político e acadêmico, faz com que os significados das ondas podem ser múltiplos, intensos e contraditórios, similar aos ativismos. A metáfora permite delimitar períodos e contextos, evocando continuidades e interrupções, tornando possível fazer a pergunta de transmissão e renovação geracional no campo político e acadêmico. Todavia, uma das críticas pertinentes ao uso da metáfora assevera que:

(...)Poderíamos acrescentar que a metáfora das ondas se concentra em certas áreas geográficas (América do Norte, Europa Ocidental e do Norte, Austrália), deixando de lado outras áreas em que mobilizações feministas são empregadas de acordo com temporalidades distintas, por exemplo na Europa Oriental, África, América do Sul, Ásia, o mundo árabe (Badran 2009, Cîrstocea e Giraud 2015). O ponto focal também está na escala nacional, deixando de lado as mobilizações locais que às vezes mudam no tempo (Godard e Porée 2014; Masclet 2017). (PAVARD, 2018, p. XX).

Parte da crítica é bem aceitável, porém, para o caso da América do Sul e do Brasil, especialmente, a metáfora da(s) onda(s) foi e se tornou uma espécie de “paradigma” referencial, ao que ocorria, concomitantemente, nos EUA e na França. No Brasil, a onda demonstrou utilidade histórica, acadêmica e política, permitindo descrever as mobilizações emergentes com suas próprias especificidades, novas questões, enquanto explicita

as lutas do passado e antevendo mesmo as lutas futuras.

Portanto, a utilidade acadêmica da metáfora se potencializa em delimitar os períodos das pesquisas emergentes em diferentes momentos históricos evocando continuidades e interrupções, ao desenvolver, tanto na ótica geral do ativismo, como nas especializações de pesquisadoras feministas e historiadoras do século XX/XXI, as relações ambíguas e complexas entre teoria e prática ativista, política e academia, todas, de alguma maneira, dialogam e se confrontam, e exatamente nessas tensões é que a reflexão crítica avança, pois, segundo Biroli (2017, p.175-176):

(...)com a permeabilidade desigual das democracias à participação de indivíduos e grupos[é desigual]; as configurações excludentes da esfera pública e suas hierarquias; as conexões entre as relações de poder na esfera doméstica e na esfera pública; institucionalização e efetivação desigual do acesso a direitos de cidadania nas democracias contemporâneas (...) Não se trata de apresentar uma lista ampla ou prioritária de temáticas, mas sim de deixar desde já estabelecido um ponto: o foco das teorias feministas não é específico (as mulheres, o feminino, a agenda feminista); tratam de política, de democracia, de justiça.

Concluo evocando Le Goff (2014, p. 56), que, ao pensar sobre a maneira como a história do feminismo está escrita, nos permite contribuir para a reflexão sobre temporalidades, concomitâncias,

intensidades entre muito tempo e a quebra do tempo, em fatos e eventos, assim como sobre as convenções que levam a “cortar a história em fatias”. Refletir sobre a diversidade de narrativas históricas de acordo com os movimentos dos olhos [...]. Ao invés de observar, no momento feminista, “uma sucessão de ondas, uma perseguindo a outra, deve-se observar que quando o mar nasce, as ondas se sobrepõem, e a mais nova ganhando terreno” .

Assim, a metáfora da “onda”, na imaginação política, como no ativismo feminista, evoca o poder de um movimento que varre a sociedade para transformá-la em profundidade. Como escreveu a feminista e pacifista Marcelle Capy<sup>40</sup>, na primeira edição do periódico *La vague*, em 1918, a “onda feminina”:

(...) Vem de canteiros de obras, oficinas, escolas, campanhas; nasce de todos os lugares onde os corpos das mulheres estão sobrecarregados, onde os corações das mulheres estão partidos. Surge das mulheres que ofegam nas máquinas, empalidecem nos registros; das pessoas famintas, com frio, chorando, pensando. (...) É contra injustiça social, preconceito, erros, violência erigida como dogma. (PAVARD, 2018) *locus* de onde a metamorfose se institui.

<sup>40</sup> Marcelle Capy: uma voz feminista pacifista de 1913 a 1918. Foi uma feminista numa época em que as francesas não tinham direito de votar. Ela defende os direitos da mulher como escola, trabalho feminino. Marcelle Capy é uma ecologista de vanguarda, muito sensível à beleza da natureza e precursora na importância de preservá-la. Em 1918, ingressou no conselho editorial de *La vague*, onde liderou a página “feminista”. Fonte: texto de Jacques Serieys. (20 de maio de 2021: <http://www.gauchemip.org/spip.php?article1991>).

## REFERÊNCIAS

- ATRI, Andrea d'. Faisons-nous face à une nouvelle vague féministe ? 2019. Texto disponível: <https://www.revolutionpermanente.fr/Faisons-nous-face-a-une-nouvelle-vague-feministe-Par-Andrea-d-Atri> (acesso: 11/01/2020).
- BANDEIRA, Lourdes Maria; ALMEIDA, Tânia Mara. A dinâmica de desigualdades e interseccionalidades no trabalho de mulheres da limpeza pública urbana: o caso dos garis. **Mediações**, Londrina, v. 20, n. 2, p. 160-183, jul./dez. 2015.
- BANDEIRA, Lourdes Maria. Feminismo: memória e história. *In*: SALES, Celecina de Maria Veras *et al* (orgs.). **Feminismo, Memória e História**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2000.
- BANDEIRA, Lourdes Maria. Feminismo, relações étnico-raciais e geracionais: políticas públicas. [Entrevista cedida à] Lourdes de Maria Leitão Nunes Rocha. **Revista Políticas Públicas**, São Luís, v.14, n.1, p. 147-151, jan./jun. 2010. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/366/782>. Acesso em: 15 out. 2021.
- BANDEIRA, Lourdes Maria. Maternidade e Cidadania: uma mulher marcada para (sobre)viver. *In*: STEVENS, Cristina (org.). **Maternidade e Feminismo: diálogos interdisciplinares**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2007.
- BANDEIRA, Lourdes M. e MELO, Hildete. Tempos e Memórias. Movimento Feminista no Brasil. Brasília, SPM, dez/2010.
- BERENI, Laure. **Une nouvelle génération de chercheuses sur le genre. Réflexions à partir d'une expérience située**. Paris: Contretemps, 2012. Disponível em: <https://www.contretemps.eu/une-nouvelle-generation-de-chercheuses-sur-le-genre-reflexions-a-partir-dune-experience-situe>. Acesso em: 09 jun. 2019.
- BERTRAND, David. L'essor du féminisme en ligne Symptôme de l'émergence d'une quatrième vague féministe?. **Reséaux**, [S. l.], v. 208, n. 2, p. 208-232 Disponível: [https://www.researchgate.net/publication/325382762\\_L'essor\\_du\\_feminisme\\_en\\_ligne\\_Symptome\\_de\\_l'emergence\\_d'une\\_quatrieme\\_vague\\_feministe](https://www.researchgate.net/publication/325382762_L'essor_du_feminisme_en_ligne_Symptome_de_l'emergence_d'une_quatrieme_vague_feministe). Acesso em: 15 out. 2019.
- BIROLI, Flávia. Teorias feministas da política, empiria e normatividade. **Lua Nova**, São Paulo, v. 102, n. 1, p. 173-210, 2017.

- BIROLI, Flávia. **Flávia Biroli**: mulheres, política e violência. [S. l.]: Fórum, 2016. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/noticias/flavia-biroli-mulheres-politica-e-violencia/>. Acesso em: 12 out. 2019.
- BRASIL. **Tempos e Memórias**: movimento feminista no Brasil. Brasília, DF: SPM, 2010.
- CARDOSO, Elizabeth da Penha. **Imprensa feminista brasileira pós-1974**. 2004. 132 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DAS MULHERES. **Mulheres trabalhadoras e suas lutas**. Brasília, DF: CNDM, 1986.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 10, n. 1, p. 171-188, 1. sem. 2002.
- CUFF, Cecile. **Autour de La révolution féministe d'A. Koechlin**. [S. l.]: RP Dimanche, 2019. Disponível em: <https://www.revolutionpermanente.fr/Autour-de-La-revolution-feministe-d-A-Koechlin>. Acesso em: 05 jan. 2020.
- D'ATRI, Andrea. **Faisons-nous face à une nouvelle vague féministe ?**. [S. l.]: Revolution Permanente, 2019. Disponível em: <https://www.revolutionpermanente.fr/Faisons-nous-face-a-une-nouvelle-vague-feministe-Par-Andrea-d-Atri> Acesso em: 25 out 2021.
- DEL PRIORI, Mary. **Contradições do voto feminino**. [São Paulo]: Folha de São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/mary-del-priore/2016/09/1816663-contradicoes-do-voto-feminino.shtml>. Acesso em: 23 out. 2019.
- DEL PRIORE, Mary. **A mulher na história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.
- DEL PRIORE, Mary. **Mulheres no Brasil Colonial**. São Paulo: Contexto, 2000 .
- DORLIN, Elsa. **Sexe, genre et sexualités**. Paris: PUF: Philosophies, 2008.
- DORLIN, Elsa. Do uso epistemológico e político das categorias “sexo” e “raça” nos estudos de gênero. **Periódicus**, Salvador, v. 1, n. 5, p. 254-271, maio/out. 2016.
- FORTINO, Sabine. De filles en mères. La seconde vague du féminisme et la maternité. **Clio**: femmes, genre, histoire, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 1-18, 1997. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cli/421>. Acesso em: 15 out. 2021.



FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Movimentos feministas. *In*: HIRATA, Helena *et al* (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, São Paulo, v. 26, n.1, p. 61-73, 2014.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista: pensamento feminista conceitos fundamentais. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento Feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

IPEA. **Atlas da violência 2019**. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2018.

IPEA. **Atlas da violência 2019**. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019.

KELLER, Evelyn Fox. Qual foi o impacto do feminismo na ciência?. **Cadernos Pagu**, [S. l.], v. 27, n. 1, p. 13-34, jul./dez. 2006.

LAMARÃO, Sérgio. **A Marcha da Família com Deus pela Liberdade**. Rio de Janeiro, CPDOC, 2020.

LE GOFF, Jacques. **Faut-il vraiment découper l'histoire en tranches?**. Paris: Seuil, 2014.

LIMA, Márcia. Desigualdades raciais e políticas públicas: ações afirmativas no governo Lula. **Novos estudos**, São Paulo, v.87, n. 1, p. 77-95, jul. 2010.

MARCELINO, Giovanna. **As Sufragistas e a primeira onda do feminismo**. São Paulo: Movimento, 2018. Disponível em: <https://movimentorevista.com.br/2018/02/3801/>. Acesso em: 11 out. 2019.

MARTINS, Ana Paula Antunes. **Corporificação e visões de mundo da política feminista e das mulheres na contemporaneidade**: diálogos, imagens e discursos sobre marchas de mulheres (2012–2017). 2018. 276 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

MELO, Hildete Pereira de; SCHUMAHER, Schuma. **A segunda onda feminista no Brasil**. [S. l.: s. n.], [201-]. Disponível em: [http://www.mulher500.org.br/wp-content/uploads/2017/06/3\\_A-segunda-onda-feminista-no-Brasil.pdf](http://www.mulher500.org.br/wp-content/uploads/2017/06/3_A-segunda-onda-feminista-no-Brasil.pdf). Acesso em: 7 out. 2019).

MICHELL, Jane. **Nouvelle Vague Féministe. L'histoire du féminisme nous a appris à compter les vagues. Depuis le début du XX<sup>e</sup> chaque génération ou presque a connu la sienne et chaque vague a produit ses icônes**. [S. l.]: RP Dimanche, 2018. Disponível em: <https://www.revolutionpermanente.fr/Nouvelle-Vague-Feministe>. Acesso em: 4 out. 2019.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. **A experiência Feminista dos anos 70**. Araraquara: UNESP, 1990. (Textos, n. 5).

MOTA, Keli Rocha Silva. Feminismo contemporâneo: como ativistas de São Paulo compreendem uma terceira onda do movimento no país. **Extraprensa**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 108-127, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/139729>. Acesso em: 15 out. 2021.

PAVARD, Bibia. Faire naître et mourir les vagues: comment s'écrit l'histoire des féminismes. **Intinéraires**, Paris, v. 11, n. 2, p. 1-18, 2018. Disponível em: <https://journals.openedition.org/itineraires/3787>. Acesso em: 15 out. 2021.

OSIS, Maria José Martins Duarte. Paism: um marco na abordagem da saúde reprodutiva no Brasil. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 14, supl. 1, p. 25-32, 1998. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csp/1998.v14suppl1/S25-S32/>. Acesso em: 3 set. 2019.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, História e Poder. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/03.pdf> Acesso em: 10 out. 2019.

RODRIGUES, Cristiano Santos; PRADO, Marco Aurélio Maximo. Movimento de mulheres negras: trajetória política, práticas mobilizatórias e articulações com o Estado brasileiro. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 22, n. 3, p. 445-456, 2010.

SANTOS. Luana Diana dos. Por um Feminismo Plural: escritos de Lélia Gonzalez no Jornal Mulherio. **Gênero na Amazônia**, Belém, v. 4, n. 1, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://www.generonaamazonia.ufpa.br/edicoes/edicao-4/artigos/artigo-10-luana-santos.pdf>. Acesso em: 15 out. 2021.

SARDENBERG, Cecilia. Da Crítica Feminista à Ciência a uma Ciência Feminista?. **Estudos Feministas**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 1-35, 2007.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para a análise histórica. [S. l: s. n.], [200-]. Disponível: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoe realidade/article/view/71721>Acesso em: 9 set. 2019.

THE CONVERSATION FRANCE ET PARTENAIRE. **Les armes numériques de la nouvelle vague féministe**. [S. l.]: The Conversation, 2018. Disponível em: <http://theconversation.com/les-armes-numeriques-de-la-nouvelle-vague-feministe-91512>. Acesso em: 15 out. 2021.